

Não é hora de férias

É muito boa a idéia de alguns congressistas de suprimirem este ano o recesso parlamentar de julho. As circunstâncias atuais são inteiramente atípicas, recomendando soluções igualmente incomuns. É atípica, em primeiro lugar, a crise econômica. Conquanto não tenhamos conhecido tranquilidade nos últimos anos, nunca antes estivemos tão próximos da hiperinflação — nome sofisticado com que os economistas chamam um fenômeno que o povo conhece como desordem e bagunça. É preciso que o Congresso esteja reunido ou para adotar medidas legislativas susceptíveis de impedir o agravamento da crise ou destinadas a amortecer seu impacto.

Também é atípico este ano porque o Congresso sequer começou a aprovar as leis complementares à Constituição. Corremos o risco de comemorar seu primeiro aniversário antes que ela tenha completado o processo do seu nascimento, o que seria, no mínimo, curioso. O País precisa de uma Constituição vigente e ativa, não de uma promessa ou expectativa. Dessas estamos, há muito, escollados.

Também o ano corrente exige que o recesso seja suprimido porque haverá recesso de fato a partir de outubro, mês em que a campanha eleitoral impedirá que o Congresso se reúna. Após 15 de novembro tudo se mobilizará para o segundo turno da eleição, findo o qual o mês de dezembro se encarregará de dar a tudo,

inclusive à crise, um clima de festa. O ano de 1989 termina, para todos os fins práticos, na última semana de setembro. O que até lá não estiver feito só será feito após março do ano que vem. É assim que o Brasil funciona.

O Congresso não pode estar em férias quando a Nação está em crise, porque isto corresponderia a uma renúncia de responsabilidades e a uma abstenção que pode ser grave para a própria sobrevivência da instituição. Se passarmos pela grave crise com o Congresso em férias ter-se-á demonstrado que, afinal, ele não é indispensável.

As lideranças parlamentares, ao promoverem o atual *rush* de sessões extraordinárias, parecem dispostas a descongestionar a pauta e se darem por satisfeitas. Esquecem-se de que as leis complementares à Constituição tramitam modorramente pelas comissões e, não votadas agora, no decorrer dos próximos três meses, deixarão a Constituição capenga até o próximo ano, ou por muitos anos mais se a hiperinflação, encontrando o Congresso em férias, puser em férias também a democracia.

Confiamos em que o senador Nelson Carneiro, obstinadamente devotado a conduzir o Congresso a uma tomada de posição face à crise econômica, consiga levar a instituição a fazê-lo, para isso renunciando a esse período de férias que não é indispensável a ninguém mas é potencialmente perigoso para todos.